



Handwritten signature in blue ink.

**Município de Santa Marta de Penaguião  
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS  
DO CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO,  
NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2026**

**N.º 02/2026**

**----- MESA DA ASSEMBLEIA: -----**

----- Presidente – José Emílio Esteves da Silva, 1.º Secretário – Manuel Aguiar Rego  
2.ª Secretária – Paula Cristina Morais Guedes Borges -----

**----- PRESENÇAS: -----**

**----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: -----**

----- Rosa Maria Martins Cardoso, Cesário Pinto Canário, Sílvia Cristina Carvalho  
Pereira, David Manuel Conde Madureira Costa Almeida, Luís Manuel Frederico  
Moreira, Catarina da Conceição Silva, Catarina Pinto Guedes, António Paulo Monteiro  
Pinto Conceição, Fernando César Moreira Lopes Borges, Pedro Miguel Amaral  
Madureira Sampaio, Gil Carlos Lourenço Teixeira, Norberto da Costa Almeida e João  
Carlos Lima Pinto Prior. -----

**----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Cumieira Sempre”: -----**

----- Américo Salgueiro Garcia. -----

**----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”: -----**

----- Branca Maria Magalhães Bernardo Mota. -----

**----- Deputados Municipais Eleitos pela coligação PPD/PSD e CDS-PP: -----**

----- Jorge Miguel Ribeiro Teixeira, Tiago Artur Sequeira Cardoso, Tiago Borges  
Magalhães, Maria Manuel Aires Nogueira e Luís Filipe Teixeira Ribeiro. -----

f.  
e

----- **Deputados Municipais Eleitos pelo CHEGA:** -----

----- Luís Manuel Esteves Catarino. -----

----- **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** José Manuel Amorim Almeida, José Afonso Matos Castro Gonçalves e Maria Enide Gouveia da Silva Menezes Seixas. -----

----- **AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS:** Não houve. -----

----- **PRESENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Sílvia da Fonseca Silva, Presidente da Câmara Municipal; Daniel Filipe Matos dos Santos, Vice-Presidente da Câmara Municipal; Fernando Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira e Carla Maria Pinto Borges Frederico Guedes, Vereadores da Câmara Municipal. -----

----- **SECRETARIOU:** Emanuel Rodrigues Costa, Chefe da Unidade de Contratação Pública. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** 18:00 HORAS. -----

----- **ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1 –** Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2025. -----

----- **1.2 –** Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida. -----

----- **1.3 -** Assuntos de Interesse Municipal. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

- **2.1** – Apreciar a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----
- **2.2** – Tomar conhecimento do Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de janeiro de 2026); -----
- **2.3** – Eleição de um representante da Assembleia Municipal e um representante das Juntas de Freguesia, para integrar a Comissão Municipal de Trânsito (artigo 5.º do Regulamento Interno da Comissão Municipal de Trânsito); -----
- **2.4** – Deliberar sobre a minuta do contrato de Delegação de Competências com o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, (alínea k) do n.º 1) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) – Deliberação da Câmara Municipal de 3 de fevereiro de 2026); -----
- **2.5** – Deliberar sobre a proposta de isenção de taxas relativamente ao Parque de Caravanismo Ver D'Ouro 2026 (alínea ccc) do n.º 1) do artigo 33.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1) do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 3 de fevereiro de 2026); -----
- **2.6** – Deliberar sobre o lançamento e tramitação de Concurso Público para a aquisição de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro, aprovar a reprogramação financeira e de execução do contrato para 2026 a 2031, aprovar as Peças do Procedimento para concurso a ser dinamizado pela Comunidade Intermunicipal do Douro, bem como autorizar a repartição de encargos e a consequente assunção de compromissos plurianuais (alínea ccc) do n.º 1) do artigo 33.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1) do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei

n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2026); -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a demonstração do desempenho Orçamental 2025 e 1.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026, contemplando a integração do saldo de execução orçamental 2025, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2026; -----

----- **Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão Ordinária do dia 24 de fevereiro de 2026. -----

-----“Boa Tarde a todos, sejam bem-vindos a mais uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, começo por cumprimentar a Srª Presidente, os senhores vereadores, os senhores deputados, todo o pessoal de apoio e uma palavra de apreço para o público que nos tem habituado com a sua presença. Obrigado.” -----

----- **1 – PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Após verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

----- **1.1** – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária do dia 29 de dezembro de 2025. -----

-----Solicitou a palavra o senhor deputado Cesário Pinto Canário, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

---- Sr.<sup>a</sup> Presidente, permita-me que a cumprimente e na sua pessoa os restantes elementos da mesa. Sr.<sup>a</sup> Presidente, permita-me também que a cumprimente e na sua pessoa os restantes Vereadores e a Sr.<sup>a</sup> Vereadora. Cumprimente também os Presidentes de Junta aqui presentes e os deputados Municipais. Cumprimente também a mesa que nos está a secretariar, por Emanuel Costa e a presença também do nosso Chefe de Divisão. Digníssimo público, meus senhores e minhas senhoras. -

-----  
----“A minha interpelação é simples, na ata está referido 174 milhões, quando efetivamente são 174 mil e era essa a retificação que queria deixar.” -----

---- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a respetiva ata à votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

---- **1.2 –** Discussão e aprovação da ata da sessão extraordinária do dia 12 de janeiro de 2026. -----

---- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a respetiva ata à votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

---- **1.3 –** Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida. -----

---- **1.4 –** Assuntos de Interesse Municipal. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia, abriu o período de intervenção aos Senhores Deputados. -----

-----Solicitou a palavra o senhor deputado Cesário Ferreira, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Começo por dizer que na qualidade de líder da bancada do Partido Socialista e Por Medrões Sempre, vou apresentar à consideração da Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do nosso amigo António José Cardoso Sequeira. Eu vou ler: “O senhor Eng.º António José Cardoso Sequeira, recentemente falecido, foi ao longo da sua vida, pelo muito que empreendeu e pelas funções que exerceu, um destacado cidadão do nosso Concelho. Nascido numa ilustre família de Medrões, gentes de firmes ideais republicanos e afirmada oposição à ditadura do Estado Novo, o Eng.º António José Cardoso Sequeira, logo após a Revolução do 25 de Abril, foi um dos fundadores e militantes do Partido Socialista no nosso Concelho. Eleito vereador da Câmara Municipal nas eleições autárquicas de dezembro de 1976 - as primeiras autárquicas verdadeiramente livres e abertas a todos os cidadãos eleitores e reeleito nas autárquicas de 1979, exerceu as funções de Vereador da Câmara Municipal nos mandatos de 1977 - 1979 e 1980 - 1982. Como profissional, o Senhor Eng.º Sequeira foi Delegado de Propaganda Médica e exerceu depois destacadas funções técnicas na Casa do Douro e no Instituto do Vinho do Porto, até se aposentar. Paralelamente, quando ousou reconstruir o quase em ruínas Solar da sua Quinta da Picota, no Alto de Santa Marta, fez dele e durante vários anos uma das primeiras e mais interessantes Casas de Turismo de Habitação do Concelho. Assim e tendo em conta o exemplo da sua vida, o constante dinamismo e a muita intervenção cívica que sempre soube demonstrar, proponho: 1- Que a Assembleia Municipal aprove um VOTO DE PESAR pela morte do Eng.º António José Cardoso Sequeira. 2- Que deste voto de pesar seja dado conhecimento à sua esposa e filhos, netos e bisnetos, as mais sentidas*

condolências. Santa Marta de Penaguião, 24 de fevereiro de 2026. Os proponentes: *Deputados do Partido Socialista e Por Medrões Sempre* -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Luís Catarino, que após cumprimentar todos presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Boa tarde. Começo por cumprimentar a Senhora Presidente da Câmara, os respetivos Vereadores, Sr. Presidente da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Deputados Municipais e respetivo público. Antes da ordem do dia, quero deixar uma palavra de apreço à Senhora Presidente da Câmara e aos respetivos vereadores. Da última vez que estivemos aqui, falamos da história do IMI, falamos do IRS. Tenho que dar os parabéns porque de IRS, Santa Marta de Penaguião, deixa 4,5% para os municípios, na taxa do IMI, nos urbanos vai ao valor mínimo e na taxa dos rurais tem zero valor. O meu reconhecimento e os meus parabéns. Outro dos pontos que queria ver, se fosse possível, devido às várias pressões atmosféricas que o Concelho sofreu e viu-se nalgumas imagens que vocês emitiram, houve prejuízos consideráveis, quer públicos quer particulares. Eu solicitava ao município uma pequena informação, sobre os prejuízos causados pelas intempéries. Se já existe alguma estimativa de custos para recuperações, dado que o orçamento não prevê esta catástrofe. Pergunto se estão tomadas algumas decisões a nível da alteração do orçamento que permita fazer frente aos prejuízos registados, contabilizados, que pertençam ao erário público. E outro dos pontos se fosse possível, dado que vai estar o sistema interno do caderno de encargos do transporte público de passageiros, que passou de 2025 para o ano de 2026, se era possível, porque eu não consegui aperceber-me pelos documentos que foram, se a rede viária de Santa Marta de Penaguião, se aumentou ou se sofreu*

*alguma alteração do ano de 2025 para 2026, que fosse possível ir a concurso. Na rede viária não me refiro à N2, refiro-me mais às periferias e se realmente temos ou não temos rede viária. Obrigado.” -----*

*-----Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----*

*----- “Muito boa tarde a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exma. Senhora Presidente da Câmara e restante Executivo; Caros Deputados, Senhores Presidentes de Junta, funcionários do Município e estimado público. Os meus cumprimentos. O assunto que aqui trago hoje é, inevitavelmente, o tema das intempéries que assolaram o nosso território. Antes de entrar propriamente na minha intervenção, não posso deixar de expressar um agradecimento sincero aos Bombeiros, aos Serviços Municipais e às Forças de Segurança, que uma vez mais, demonstraram prontidão, profissionalismo e espírito de missão na resposta aos efeitos do mau tempo no nosso concelho. O trabalho desenvolvido no terreno merece o reconhecimento desta Assembleia e de toda a comunidade. Saúdo igualmente a prontidão do executivo municipal pela presença no teatro de operações e que, apesar de não terem feito mais do que aquilo para que foram eleitos, merecem também assim o nosso reconhecimento. Gostaria também de destacar a prontidão dos vereadores eleitos pela AD, que apesar de não terem pelouros nem responsabilidades governativas, desde a primeira hora mostraram disponibilidade para estar no terreno, procurando soluções e colaborando com o executivo. Um exemplo dessa colaboração foi o pedido de reunião, de um dia para o outro, por parte da Senhora Presidente, com os deputados do PSD pelo distrito de Vila Real. Através do vereador Hugo Sequeira, os três deputados marcaram presença no município para ouvir o que a Senhora*

*Presidente tinha para lhes transmitir, sendo, ao que sabemos, os únicos deputados do distrito a fazê-lo. Dito isto, é precisamente por respeito ao esforço de quem esteve no terreno que temos o dever de analisar, com rigor e sentido de responsabilidade, as decisões políticas que se seguiram. Venho aqui hoje manifestar a preocupação do Grupo Municipal do PPD/PSD – AD, relativamente à forma como o executivo reagiu às recentes intempéries que afetaram o nosso concelho, nomeadamente às opções tomadas durante e a após as mesmas. Reconhecemos que a decisão de cancelar atividades culturais e desportivas exige coragem política e não é, certamente, uma escolha fácil para qualquer executivo. No entanto, na nossa ótica, a dimensão dessa decisão revela-se desproporcional face à informação disponível à data do comunicado. Assistimos, com alguma perplexidade, ao cancelamento praticamente imediato das atividades previstas, com o objetivo anunciado de libertar cerca de um milhão de euros para intervenções em muros e vias. Esta opção levanta uma questão inevitável que eu deixo aos meus colegas deputados: que margem financeira tem, afinal, o Município para responder a imprevistos? A resposta parece ser clara: nenhuma. Há muitos anos que somos um município de “chapa ganha, chapa gasta”. Uma autarquia que necessita de retirar integralmente verbas da Cultura e do Desporto para fazer face a reparações pontuais, demonstra uma preocupante ausência de folga orçamental e de planeamento para contingências. Pergunto aos meus colegas, porque não outras opções? Em vez de uma semana cultural onde se gasta meio milhão de euros, porque não reduzir esse valor para 50 ou 100 mil? Na Rampa de Santa Marta e no Enduro, em vez de se oferecerem almoços e jantares todos os dias, porque não cortar nessas despesas? Quem quer vir, vem na mesma, podem não ser tantos, mas vêm. Noutras rampas e campeonatos, esses encargos não existem e os*

*pilotos vão à mesma. Importa referir que a Rampa e o Enduro - eventos que já eram habituais no concelho - este ano rumarão a outras paragens. E sabemos como é: quando algo parte, raramente regressa. Perdem-se assim eventos que levavam o nome de Santa Marta além-fronteiras e dinamizavam a já débil economia local. Importa ainda refletir: à data do comunicado e mesmo agora, que prejuízos estavam efetivamente contabilizados? Houve uma avaliação técnica rigorosa ou tratou-se de uma estimativa precipitada? À altura, a maior parte dos prejuízos eram em propriedades privadas, e aqui vai ser o município responsável por estas reparações? Ouvimos, entretanto, falar de 2,5 M€, estes prejuízos foram contabilizados na infraestrutura pública ou pública e privada? É uma pergunta que eu deixo também aos meus colegas deputados. Outro ponto que queremos referir foi o do alarmismo. Quem não se recorda do vídeo após o nevão em Fontes, Viso e Póvoa? Ao vê-lo, parecia que estávamos nos Alpes suíços, com meses de neve acumulada, população isolada durante semanas, sem comida, sem água, sem eletricidade. E nas notícias? “Cortada estrada que liga a Veiga à Cumieira.” Recebemos chamadas do estrangeiro a perguntar se estava tudo bem, se conseguíamos sair de casa, se estávamos isolados. Tratava-se, na realidade, de um caminho em terra batida, praticamente sem utilização. Transformar isso numa “estrada de ligação cortada” é, no mínimo, exagerado. Vamos lá ver: quantos telhados voaram em Santa Marta? Quantas casas foram inundadas? Quantos desalojados houve? Meus senhores e minhas senhoras, olhemos para zonas como Leiria e percebamos o quão afortunados fomos e somos. Ora, isto leva-nos a outro ponto: o populismo fácil, aquele que o PS tanto critica no Chega, mas que na prática fazem igual ou pior. Após o comunicado, quem veio publicamente louvar a decisão de cancelar os eventos? Praticamente toda a gente. E porquê? Porque*

*poucos se deram ao trabalho de fazer este exercício de reflexão que aqui hoje estamos a fazer. Preocupação, ou oportunismo político? Quero acreditar que há preocupação e cuidado, mas também é inegável que existe oportunismo político. Os portugueses gostam do fatalismo, dos coitadinhos, dos mal-afortunados, não é à sorte que somos o país do fatum. Continuando a nossa reflexão, chegamos a uma conclusão preocupante: o município não dispõe de liquidez financeira para fazer face a qualquer imprevisto que aconteça. Há verbas para despesas correntes - salários e funcionamento - e pouco mais. Sempre que é necessário investir em requalificação, recorre-se a empréstimos ou pura e simplesmente não se faz. E deixo aqui outra reflexão: se era necessário cortar, porque não começar por outras áreas? E dou-vos um exemplo: temos um Chefe de Gabinete da Presidência, esse Chefe de Gabinete tem um Adjunto — ou seja duas pessoas a assessorar diretamente a Senhora Presidente - e, ainda assim, foi contratada mais uma assessora para coadjuvar a Senhora Presidente. Se era preciso reduzir despesa, talvez fosse por aí que se devesse começar. Importa ainda sublinhar que vários dos locais agora apresentados como danos resultantes das intempéries já evidenciavam sinais de degradação há dois, três e até mesmo dez anos, alguns deles já sinalizados, outros à frente dos olhos de toda a gente e à espera de intervenção. Permitam-me um exemplo concreto: na estrada Santa Marta – Sever (EN 304), existe um pequeno muro que abateu há cerca de dois ou três anos, onde a estrada cedeu um pouco, estamos a falar de um ou dois metros. Na altura, a solução provisória, passou pela colocação de dois ferros e fita de sinalização. Com o tempo, desapareceram os ferros, desapareceu a fita, o problema manteve-se. Recentemente, após as intempéries, voltaram a ser colocadas novos ferros e nova fita e desta vez uns cones refletos dentro dos ferros, mantendo-se, no*

*essencial, tudo na mesma, convertendo-se como em muitos casos, o provisório em definitivo. Quantas infraestruturas necessitam de manutenção há mais de uma década? A EN 304 é um exemplo flagrante. A estrada de Carvalhais é outro, Sr. Presidente da Junta, há quanto tempo a população de Carvalhais reivindica obras de requalificação da estrada? E os edifícios municipais? O auditório, que há largos anos precisa de requalificação? Antes de cair o teto, antes de os camarins estarem podres, requalifica-se, não é deixar tudo ao abandono e depois ter que gastar milhares e milhares, implicando quase o mesmo custo que fazer uma obra do zero! Mas mais! O Fórum? A Biblioteca? Quantos aquedutos, valetas e linhas de água estão ou estavam devidamente limpos e desimpedidos para evitar prejuízos no inverno? Este caso obriga-nos a uma reflexão séria: até que ponto estamos perante consequências exclusivas do mau tempo e até que ponto estamos perante efeitos acumulados de manutenção e requalificação adiada? Reconhecemos que foi um ano atípico a nível de tempestades, mas está também à vista de todos e deve ser reconhecido por todos que ao longo dos últimos 12 anos, tem havido um desleixo e falta de manutenção gritante na rede viária e de edifícios municipais! A prevenção é sempre menos dispendiosa do que a correção tardia. Quando se adia a intervenção, o custo final é muito maior - um custo que poderia e deveria ter sido evitado. Meus senhores, não temos memória curta, a minha bancada tem ou não tem vindo a alertar para estes problemas ao longo dos últimos quatro anos? Todos temos o dever de alertar e o executivo tem o dever acrescido de ouvir e reconhecer contributos válidos, mesmo quando partem da oposição. Não somos oportunistas nem profetas da desgraça, e cada um de vós que aqui estava no mandato anterior, o pode comprovar, quem não estava, pode consultar as atas. Governar exige responsabilidade, planeamento e*

*visão de longo prazo. Responder a crises é importante, mas evitá-las, sempre que possível, é ainda mais. Muito obrigado” -----*

*-----Solicitou a palavra o senhor deputado Cesário Canário, que proferiu as seguintes palavras: -----*

*----- “Senhor deputado, percebi agora que de facto, que não é por qualquer motivo que o PS está há 40 anos no poder neste Concelho. Fez precisamente em Janeiro, 40 anos de poder. Isto diz bem de facto, o que é que tem sido a dinâmica de todos os responsáveis que por aqui passaram. Eu percebi, como diz o povo, isto é uma cartilha, o PSD dá uma no cravo, outra na ferradura. Senão vejamos, o senhor deputado abriu a sua sessão dizendo: “os nossos vereadores estiveram totalmente disponíveis para ajudar”. Sabe o que é que fizeram Senhor deputado? Nada. De facto, também não se esperaria outra coisa. Mas quem quer ajudar, logo a seguir põe na sua página, dizendo mais ou menos isto, “Connosco isto não acontecia porque são uns incompetentes, porque nós já tínhamos previsto isto, etc, etc”, ou seja, quem diz que quer ajudar e a seguir dá uma machadada destas. Ajudas destas nós dispensamos. E eu disse que era uma cartilha e não retiro uma vírgula daquilo que disse senhor deputado, porque o senhor aqui, de facto e muito bem, elogiou, mas depois foi a dar-lhe. Porque os senhores não preveem, porque os senhores não são competentes. Eu não sabia, honestamente, que o PSD tinha esse dom, porque de facto há coisa que não se preveem Senhor deputado. Mas eu já tinha aqui a minha preparação e vou dizer o que penso sobre isso e vou dirigir-me a si Srª Presidente. Dos líderes esperamos todos 3 qualidades. No saber, no saber fazer e no saber estar. Essas são as coisas mais importantes. Quando não sabemos o que isso significa, estamos a enganar-nos uns aos outros. Quando do forte nevão que caiu em Fontes, nomeadamente na Póvoa da*

Serra, Soutelo, Justes, Paradela do Monte e outros, houve uma presença constante, firme, visível e incansável: a sua Sr.ª Presidente, a dos nossos bombeiros e da minha Junta de freguesia. Quando as águas provocaram derrocadas e quando os nossos concidadãos procuravam ajuda, a sua voz foi estabilidade. A sua presença foi exemplar e de coragem. Claro que há sempre mais que fazer, sim talvez, mas senhor deputado há coisas que ninguém pode negar, ninguém está preparado verdadeiramente para enfrentar estes cataclismos da natureza, como foi a tempestade Kristina, considerados em todo o país atos imprevistos e de natureza súbita e isso, desculpem, ninguém tem o poder de prever uma situação destas. Aliás os únicos que estavam preparados eram os elementos da vereação do PSD e agora também acabo de saber, os deputados municipais, porque de facto com eles isto nunca acontecia, porque eles até pediam ao São Pedro: atenção pare lá com a chuva em Santa Marta de Penaguião, porque está a dar muito prejuízo. Senhor deputado, há momentos na vida coletiva em que as bandeiras ficam pequenas, mediante a dimensão da responsabilidade. Este foi um desses momentos Sr.ª Presidente. Vª Exª, Srª Presidente, esteve sempre lá, nunca abandonou. Governa-se com planos mas lidera-se com carácter e carácter não se improvisa. 5 de fevereiro de 2026, vou citar a decisão do executivo. Falou sobre intempéries e a prioridade da recuperação do Concelho. Decidiram e muito bem, foram assertivos, que iam cancelar de facto as ações já referenciadas, ali pelo senhor deputado, que do meu ponto de vista foram assertivas. Foi uma decisão difícil, mas necessária, diz Vª Exª Srª Presidente, mas entendeu de facto, a prioridade era fazer o cancelamento destas atividades e cuidar com os nossos agricultores, etc, etc. Essa atitude foi, do meu ponto de vista, muito assertiva. Nestes dias tão difíceis e duros para os penaguienses, viu-se trabalho,

*presença, proximidade para comunicar tranquilidade e esperança. Foi aquilo que V.ª Ex.ª fez. Criaram um gabinete de apoio aos agricultores em parceria com a nossa Adegas. O executivo municipal, com a colaboração da Proteção Civil, comandante dos bombeiros voluntários, juntas de freguesia e as forças de segurança, reuniram todas as sextas-feiras para uma avaliação da situação. Sr.ª Presidente, os penaguienses, o que esperam de V.ª Ex.ª é ação. Porque quando tudo parecia desabar, V.ª Ex.ª não virou a cara. Todos nós nos lembramos deste trágico acontecimento, das chuvas intensas, dum enorme angústia. Mas todos nos lembramos de quem esteve presente: executivo municipal sempre acompanhado pelo seu Chefe de Gabinete, bombeiros voluntários, proteção civil, GNR, juntas de freguesia e seus colaboradores, que foram incedíveis nesta ação. Caros deputados, num Concelho como o nosso que tantas divisões enfrenta, é justo prestarmos uma homenagem de gratidão a alguém que honra o cargo que ocupa com a maior dedicação e preocupação às pessoas que serve, neste caso os penaguienses. Gostaria que esta mensagem não fosse interpretada como um gesto político, mas como um profundo reconhecimento pelo vosso humanismo e total solidariedade para com os nossos concidadãos. Porque quando a adversidade atinge as nossas populações, o que nos pode salvar, Sr.ª Presidente, é termos uma liderança forte e determinada em resolver. Caros deputados, o respeito conquista-se com atitudes e quando este é merecido, não temos de ter receio de o referenciar em voz alta, sem qualquer preconceito, porque todos, todos, todos, somos penaguienses. Muito obrigado.” -----*

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “É muito rápido, só responder aqui ao deputado Cesário no sentido de que veio aqui falar e veio dizer uma mão cheia de nada, porque na verdade eu falei em prevenção. O senhor veio aqui falar de prevenção? Esta aos olhos de toda a gente nesta sala ou não, que o Auditório não tem condições, está aos olhos de toda a gente, que a estrada Nacional 304, não tem condições, está aos olhos de toda a gente, que a estrada de Carvalhais estava ao abandono. Está aos olhos de toda a gente estas situações todas. Isso é o que o senhor não veio aqui falar. E eu venho aqui falar ao longo de 4 anos. O senhor podia ter aproveitado no último mandato, ter vindo a algumas assembleias municipais, porque já referimos aqui muitos destes assuntos. Muito obrigado.” -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Paulo Conceição, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, meus colegas Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Senhor Chefe de Divisão e o público em geral. Como todos sabem, o nosso Concelho não fugiu à regra e ao longo destes meses fomos afetados pelo mau tempo que assolou o País de Norte a Sul, provocando graves prejuízos às populações e de forma muito particular, aos Penaguienses e ao nosso município. Foram dias e noites difíceis, marcados por situações de risco, danos materiais significativos e momentos de grande preocupação para muitas famílias. No entanto, é precisamente nesses momentos que se revela a força de um Concelho unido e a competência daqueles que estão na linha da frente. Quero por isso deixar aqui um agradecimento público e uma palavra sincera de gratidão, a todos os que muitas vezes acordados a meio da noite, não olhavam a horas nem a sacrifícios para

*garantir a segurança das pessoas e da proteção dos seus bens. Foi um trabalho incansável, exemplarmente organizado, definido por prioridades claras e gerido com profissionalismo por quem conhece profundamente o nosso território. Dirijo uma palavra muito especial aos responsáveis da Proteção Civil Municipal, à GNR de Santa Marta de Penaguião, à corporação dos bombeiros voluntários de Santa Marta de Penaguião e aos meus queridos bombeiros voluntários de Fontes, que com coragem e espírito de missão estiveram sempre prontos para intervir. Agradeço igualmente ao executivo municipal e aos respetivos funcionários, bem como aos executivos das Juntas de Freguesia e seus colaboradores, cujo empenho, disponibilidade e dedicação, foram determinantes para minimizar os impactos destas intempéries, que atingiram na nossa Concha Vinhateira. O vosso trabalho honra o nosso Concelho e demonstra que mesmo com as maiores adversidades, sabemos estar à altura dos desafios. Muito obrigado.”* -----

----- Solicitou a palavra o deputado Cesário Canário, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “*Senhor deputado. O senhor disse aqui que o executivo não faz nada, mas provavelmente, permita-me que lhe diga, com toda a frontalidade, deve estar muito distraído, porque se visse as reuniões do executivo, há aqui qualquer coisa que falha. Já reparou que nas reuniões do executivo, mais ou menos 95% são decididas por unanimidade? Sabe isso, não sabe? Se não sabe tem que ver. Ora se há unanimidade é porque de facto o executivo não faz assim tudo tão mal senhor deputado. Depois o senhor só fala em coisas negativas, mas eu vou-lhe dizer o seguinte: este executivo está de tal forma tão empenhado, que neste momento senhor deputado, em apoios solicitados e aprovados, mas neste momento vou falar sobre os aprovados. Senhor*

deputado, já tem aproximadamente 4 milhões e 300 mil € aprovados. Ora um executivo que em tão pouco tempo demonstra aqui este trabalho e não pode por em causa o que estou a dizer, acho que estamos conversados. Depois temos também as obras em execução. Sabe qual é o valor das obras em execução? São aproximadamente 620 mil €, e, por alguns dias vem aí mais qualquer coisa como 400 mil e tal ou seja, senhor deputado, provavelmente não tinha este conhecimento, mas se não tinha é um problema seu. Eu disse-lhe o seguinte, que relativamente às reuniões do executivo, 95% das reuniões são aprovadas por unanimidade, eu acho que isto diz tudo, acho eu, mesmo o cidadão comum, quem não estiver ligado à política e à assembleia, chega à conclusão que o executivo não faz assim tudo tão mal, porque de facto também tem a compreensão e aprovação dos vereadores do PSD. O senhor falou aqui numa coisa e está-lhe na memória, vir aqui fazer uma crítica sobre uma nomeação que foi tão criticada, que eu não podia deixar de falar hoje aqui nesta situação e sabe porquê, porque eu li a ata, e como sabe ou deveria saber, a ata da nomeação teve o voto contra dos seus vereadores. E o que é que aconteceu? Para além de votar contra, fez aqui uma observação que diz o seguinte: Os vereadores da coligação PSD/CDS vêm por este meio manifestar o seu mais manifesto e profundo repúdio perante a referida designação. Esta nomeação, disseram eles, feita para alguém externo aos quadros, sem curriculum ou experiência na área, demonstra que o critério de escolha não foi a competência técnica, mas sim o clientelismo político e familiar. Senhor deputado, de facto eu cheguei a uma conclusão, quando se perde a memória é uma chatice. Lembra-se daquele peixinho da Disney que sistematicamente ia perdendo a memória, depois só ia dizendo asneiras e fazendo asneiras e então olhe, o PSD nomeou para o grupo de trabalho para a reforma do Estado, o irmão do

chefe do 1º ministro. A mulher do Chefe de Gabinete do Ministério Público, do Ministro Pinto Luz, aliás, foi nomeada Administradora dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde. Eu pergunto como é possível fazer-se uma crítica desta natureza, de repúdio que é uma palavra muito forte, quando de facto vocês fazem, aliás se quer a minha opinião, essas são nomeações de confiança. Eu não acredito que o senhor queira ao seu lado, alguém que não seja da sua confiança. Portanto, este é um lugar de nomeação, eu não conheço a senhora, acredite, não sei se é solteira, se é casada, não faço a mínima ideia, mas tenho a certeza absoluta que tem qualidades suficientes, para o cargo que a Senhora Presidente a nomeou. Portanto às vezes temos de ter cuidado, porque de facto quem apresenta este repúdio, se calhar em momentos em que teve alguma responsabilidade, esqueceu-se destes princípios. E portanto sobre esta questão senhor deputado, como lhe digo, temos de ter algum cuidado, porque de facto as coisas não são como o senhor diz. O município de facto está a trabalhar, está no bom caminho, do meu ponto de vista assertivamente e sabe porquê, porque está a trabalhar para todos, todos os penaguienses e daqui não tenha a mais pequena dúvida. Senhora Presidente, fico-lhe, muito grato, acredite, porque acho que foi uma atitude de coragem, mas muito assertiva. Se amanhã houver a possibilidade de fazer alguma coisa, tenho a certeza absoluta que o fará, mas só se for possível. Queria ainda dizer mais uma coisa, o senhor deputado disse aqui, se a remoção dos entulhos era da responsabilidade da Câmara ou se eram da responsabilidade dos donos dos terrenos. O senhor deputado já imaginou o que era o município estar agora a cobrar aos donos, coitados, que já têm os seus prejuízos, estarem ainda a levar com as despesas do município...é gratuitamente e é assim que devem continuar. Muito obrigado.” -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Senhor deputado, eu aconselhava-o a que sempre que eu intervenho a ouvir com atenção, porque senão andamos aqui a repetirmo-nos várias vezes. Agora faço-lhe uma pergunta que é: eu falar aqui de prevenção é uma coisa negativa? A prevenção é uma coisa negativa desde quando, explique-me isso! Desde quando a prevenção é uma coisa negativa? E depois falar sobre a unanimidade. Unanimidade sim. É claro que se votam favoravelmente um apoio, uma concessão, o que é que quer se seja, votam a favor e eu tenho a certeza que os deputados do PSD, gostavam de votar por unanimidade também, a requalificação do Auditório, a requalificação da Biblioteca Municipal, a requalificação da Estrada 304, a requalificação da estrada de Carvalhais. Está onde? Não está em lado nenhum. Isso é que eu gostava de ver eles a votar por unanimidade. Sabe porquê? Porque não vai lá, a prevenção, a requalificação não vai lá. E é isso que gostava de o ver falar. Agora, eu não teci qualquer tipo de consideração sobre a assessora contratada pela senhora Presidente. O senhor é que fez. Eu só disse é que já tem um Chefe de Gabinete, já tem um Adjunto de Chefe de Gabinete e não precisava... se queria cortar, cortava na parte da Assessora. E é simplesmente isso. Muito obrigado.”* -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Gil Teixeira, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Muito boa tarde a todos. Começo por cumprimentar o Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Senhora Presidente e restante mesa, os meus colegas Presidentes de Junta, restantes deputados e publico em geral. Eu quero responder aqui ao deputado Jorge, em relação à estrada de Carvalhais. Primeiro dizer*

que é sempre um gosto vir aqui falar da minha freguesia. Em relação à estrada de Carvalhais e ao povo de Carvalhais, que no fundo são os mais prejudicados, dizer que me sinto à vontade para falar, porque nunca o povo de Carvalhais foi tão bem gerido e tratado como comigo. E não nos podemos esquecer, quando vimos aqui falar de Carvalhais e da estrada de Carvalhais, que nos últimos 20 anos antes de eu assumir a presidência, 16 anos foram geridos pelo PSD. É bom que isto fique bem claro. A diferença está em que em 8 anos, houve um investimento de pavimentação entre a de Carvalhais e a Freguesia de Torgueda, no valor de 90 mil € e agora está para avançar a estrada que liga Carvalhais a Louredo, no valor de 260 mil €, que em princípio em abril irá avançar. Agora a questão que houve com as intempéries a estrada estar cortada, é outro problema. Agora nós não podemos vir aqui falar de problemas e não os conhecer sem ir ao terreno ver. Agora pergunto eu senhor deputado: esteve no terreno? Sabe qual é o motivo? Deu-se a esse trabalho ou fala por aquilo que vê no facebook ou por aquilo que lhe chega aos ouvidos? Faça-lhe esta pergunta, porque não podemos andar aqui, casa trabalho e trabalho casa e querer saber quais os problemas do concelho e de algumas freguesias. Se vamos às localidades e aos sítios de 4 em 4 anos ou quando dá jeito e depois queremos falar de tudo, não nos fica bem. Por isso, o executivo anterior onde alguns elementos deste executivo já faziam parte e este executivo, em relação à estrada de Carvalhais e ao povo de Carvalhais, só podem estar contentes com o seu trabalho e por aquilo que eu sei e por aquilo que vou falando com as pessoas, porque sou um Presidente presente e não só nas festas, estão muito contentes connosco. Obrigado.” -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Cesário Ferreira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Senhor deputado, o senhor desafiou-me a falar sobre a requalificação do Auditório Municipal. Sim, sim, está garantida a verba e tenho quase a certeza, aliás neste momento já está adjudicada, era essa a dúvida que tinha? Está esclarecido?” -*

----- Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Uma vez que foi tão falada a respeitabilidade que houve na última assembleia, eu gostava que todos nós retomássemos os bons modos e reproduzíssemos a proeza e isso passa por estarmos calados quando os outros estão a falar. Não sei qual o sentimento do lado daí, mas do lado daqui está um ruído tremendo, toda a gente está a falar, toda a gente está a opinar, toda a gente tem muito a dizer, mas se calhar, quando os outros estão a falar, deveríamos estar todos a escutar, seja qual for a bancada. Portanto mais uma vez vou dizer, para mantermos a cordialidade da última assembleia e para sairmos daqui todos contentes e satisfeitos com a nossa postura, se calhar é melhor não começarmos já a descambar e começamos a respeitar quem está a falar, ponto n.º 1. Ponto n.º 2, uma vez que eu fui diretamente interpelada pelo senhor deputado Luís Catarino. Está sol, hoje está sol, está sol senhor engenheiro e sabe porque é que eu não consigo esquecer, é que hoje já me ligaram 3 pessoas a perguntar quando lá íamos limpar o caminho, porque queriam ir ver os terrenos. Está sol e hoje de manhã já vestimos todos uma roupinha mais simpática e esquecemos todos que há 15 dias atrás, estávamos todos com medo que a nossa terra não aguentasse mais e viesse por cima de tudo, nomeadamente por cima de casas e por cima de edificios. Está sol e hoje saímos sem guarda-chuva e esquecemos que há 3 semanas atrás, os nossos bombeiros, a nossa proteção civil e os nossos funcionários, andaram debaixo de água. Alguns saíram da cama às 6 e meia, 7 horas como foi o*

caso dos bombeiros de Santa Marta e da proteção civil, bem como alguns colaboradores desta Câmara, para virem à escola, para estarem ali às 7 da manhã no Centro Escolar, para perceber se poderia haver aulas ou se efetivamente teríamos que encerrar a Escola, porque estava a sair água por uma caixa de eletricidade e não sabíamos efetivamente por onde aquilo vinha ou como se retificava. Está sol, hoje está sol, ontem esteve sol. Pode ser que amanhã como vai estar a chover, as pessoas relembrem das aflições que alguns, repito, que alguns passaram nos últimos tempos. Alguns, nomeadamente os nossos viticultores, que sabemos nós, já têm um peso às costas da última novidade que foi terrível, que não deu para nada, nem para cobrir o valor que gastaram durante o ano e que dentro de tudo aquilo que me for possível, a mim e ao executivo municipal, estou certa que todos, porque foram sim senhora, solidários connosco, dentro daquilo que nos for possível, vamos encontrar todos os regulamentos, todas as formas e mais algumas para podermos intervir nos muros e nas sapadas e nas limpezas, mesmo que elas não sejam todas, todas, todas, única e exclusivamente da responsabilidade do município. No entanto, dos 2 milhões 561 mil € que estão aqui, é um dossier que foi enviado e que brevemente será público e que inclusive hoje também nos pediram da CIM, pode ser que eles também nos façam chegar e que não está fechado. Eu aproveito, inclusive para dizer, que o muro que já está em reconstrução da estrada de suporte, que já está em reconstrução hoje, no lugar do Viso em S. João de Lobrigos, ainda não está, por exemplo, aqui e não vai ser nada barato. Portanto, existem hoje que está sol e que as pessoas se dirigiram às suas propriedades, foram falando com o Chefes de Gabinete que fazem muito bem o seu serviço, são precisos, com o Adjunto, foram ligando para a Câmara e foram fazendo chegar e notificaram-nos de muitos mais muros que estão caídos e muito

*mais situações, que impedem a passagem das pessoas para aquilo que é o seu trabalho, para aquilo que também é a sua economia, para aquilo que também é a sua vida. Portanto, e agora se me permitirem, queria dizer algumas coisas e que me explicassem. Desproporcional eu aceito que seja o conhecimento das pessoas relativamente ao que aconteceu. Mas não estou a criticar, porque provavelmente, quem está por fora, quem não viveu estas situações aqui dentro, não tem noção. O que é que nós todos temos noção? Temos noção de que temos em números redondos, 9 milhões de verba para trabalhar. Temos noção e toda a gente gosta tanto de dizer que gastamos muito com funcionários. Pois eu tenho a dizer que se depender de mim, vamos gastar muito mais. Falta-nos gente. Temos muita gente que se vai reformar e eu preciso de meter gente, antes que essa gente se reforme para aprender com os que estão a sair. Portanto até 2029 vai ser à nossa maneira e depois as pessoas estarão cá para julgar. Estou a responder ao Engenheiro.” -----*

**-----Interpelação à Mesa pelo Senhor Deputado Jorge Teixeira: -----**

*----- “Senhor Presidente, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Regimento da AM, a palavra apenas é dada à Senhora Presidente “para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados”. Ora, na minha intervenção, fiz uma exposição de um assunto, solicitei esclarecimentos e coloquei questões aos meus colegas deputados, não fazendo nenhum pedido de esclarecimento à Senhora Presidente, pelo que interpelo a Mesa, para que em cumprimento com o disposto no supramencionado artigo, não possa ser dada a palavra à Senhora Presidente. Senão também me sinto no direito de não cumprir o que está escrito. O que diz o Regimento, é que a Senhora Presidente da Câmara, no período Antes da Ordem do Dia, só pode tomar a palavra para prestar*

esclarecimentos sobre assuntos que lhe são solicitados. Este assunto não foi solicitado por nenhum deputado. -----

----- O Senhor Deputado Jorge Teixeira foi informado que só deveria interpelar no final.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal continuou com a sua intervenção: --

----- “Parto do principio que foi interpelada por si, porque não queria ouvir a minha voz. Continuando, Senhor Engenheiro Catarino, uma das suas perguntas foi se aumentou ou se se mantém tudo na rede viária. E disse-me que considerando os estragos, se nós estávamos em condições de manter as coisas que tínhamos ou se tínhamos de cancelar as atividades. Portanto eu vou continuar com o meu raciocínio, se me permite. As nossas atividades ficaram suspensas porque, e eu volto a dizer, vou focalizar aquilo que eu acho que é a nossa capacidade financeira, para aquilo que eu achar que é mais proeminente neste momento e é obvio que nesta altura as coisas mudaram e mudaram porque não concebo a ideia de estar a fazer uma festa, passando por um agricultor, uma pessoa que viva da vinha e que ele me diga que por alguma razão não conseguiu cultivar a sua vinha, não conseguiu plantar ou cultivar, fazer a sua novidade e colhê-la. Portanto, a minha preocupação e aquilo que eu jurei e no juramento que fizemos todos, foi defender as pessoas e fazer aquilo que entenderíamos que era correto e o melhor para as pessoas. Neste momento o que eu acho que é melhor para Santa Marta é, além de estarmos ou irmos proceder à requalificação de vários edificios municipais e de várias estradas que já estavam previstas. Além disso temos agora um retrato novo, um retrato novo de uma série de situações que não estávamos a contar e que não é um valor tão baixo quanto isso. Mesmo estando nós a pensar em fazer o empréstimo bancário, porque mesmo assim

*não temos um valor que nos permita andarmos a inventar, mesmo não estando a pensar fazer isso, não era fácil cumprirmos com as nossas atividades, fazer o empréstimo para cobrir as percentagens sociais que competem à Câmara das nossas candidaturas e corrigir tudo aquilo que está errado ou que ficou agora abandonado. E por isso fizemos uma opção. O executivo que até era acusado de fazer muitas festas e festinhas, optou por deixar cair aquilo que achava que neste momento era menos importante para as pessoas ou que lhes faria menos falta, que são os eventos. O que nós vamos fazer, é manter tudo aquilo que tínhamos relativamente ao bem-estar das pessoas, ao que lhes permita ter uma vida minimamente normal e estou certa que ainda teremos muito tempo para continuar a manter as nossas atividades com qualidade. Eu tinha aqui mais uma ou outra coisa para fazer, mas estou certa que ainda vou ter muitas oportunidades hoje.” -----*

**----- 2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

**----- 2.1 –** Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o deputado, Jorge Teixeira que proferiu as seguintes palavras:-

----- *“Só fazer aqui um ponto prévio. Acho que ninguém aqui tem de ficar muito chateado com algumas coisas que eu digo. O pessoal aqui tem de perceber uma coisa, que existe um regimento e o regimento tem de ser cumprido. Nós temos de usar o regimento não só quando nos convém. Agora a minha intervenção prende-se com este ponto e peço a vossa atenção para um assunto que me causou alguma perplexidade. Na página 2 das Informações da Senhora Presidente, podemos ler o*

*seguinte: “Aprovado, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor total de 1.734,53 € (mil setecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos) à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Cumieira, para ajudar nas despesas com faturas de água que se encontram pendentes.” Ora, importa esclarecer: Que faturas são estas, concretamente? A que período dizem respeito? Que apoio direto é este? Estamos perante uma situação em que uma associação acumula cerca de 1.700 € em faturas de água por pagar e o Município decide assumir esse encargo? Em que enquadramento regulamentar se baseia esta decisão? Mas há ainda uma questão que nos preocupa ainda mais. Estamos a falar de uma associação cuja atividade pública é, no mínimo, pouco visível. Já foi, mas agora é muito pouco visível. Não é do conhecimento geral quando ocorreram as últimas eleições para os seus órgãos sociais, quem compõe atualmente esses órgãos, qual o seu plano de atividades ou sequer qual é o número de associados. Transparência não é uma palavra abstrata, é uma obrigação quando estão em causa dinheiros públicos. Recordo ainda que, há dois ou três anos, esta mesma associação foi contemplada com um subsídio que rondou, salvo erro, entre seis mil a oito mil euros, destinado à colocação de piso sintético no polivalente. Contudo, aquilo que foi executado no terreno - pelo menos do que é publicamente visível - resumiu-se à lavagem e pintura do piso existente. Se houve alteração do projeto inicialmente financiado, gostaríamos de saber em que termos foi autorizada. Se não houve, gostaríamos de compreender a discrepância entre o apoio atribuído e a obra realizada. Não estamos aqui a fazer juízos precipitados. Estamos a pedir esclarecimentos objetivos. Quando falamos de rigor na gestão financeira, ele tem de ser transversal, seja para grandes obras, seja para apoios associativos de menor dimensão. Estes valores podem não ser elevados*

no contexto global do orçamento municipal, mas exigem explicação, porque cada euro público deve ser atribuído com critérios claros, fiscalização adequada e total transparência. É isso que solicitamos hoje. Ainda no seguimento das Informações da Senhora Presidente, gostaria de abordar o que consta na página 10, relativo aos processos judiciais em curso. É referido o Processo n.º 384/23.2BEMDL, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, tendo como autor MJFT – Construções, Unipessoal, Lda. Pergunto, de forma direta: trata-se da empresa que estava a executar trabalhos no Parque do Espírito Santo? Se assim for, estamos perante uma situação em que a referida empresa intentou uma ação judicial contra o Município, sendo, portanto, o Município a parte Ré. O número do processo indica que o mesmo remonta a 2023. Ora, ao longo deste período, por diversas vezes questionei nesta Assembleia a situação relativa ao Parque do Espírito Santo. Nunca me foi dito, de forma clara e direta, que a empresa tinha instaurado uma ação contra o Município. Mais, por diversas ocasiões foi transmitida a ideia de que os processos tinham sido ganhos pelo Município. No entanto, este processo continua a correr termos no TAF de Mirandela. Pergunto, por isso: Estamos a falar do mesmo processo? Existe, ou existiu, uma providência cautelar? Se existiu, qual foi exatamente o seu desfecho? E qual é o estado atual da ação principal? Faço estas perguntas porque, depois de várias respostas diferentes ao longo do tempo, importa clarificar definitivamente este assunto. Não se trata de criar ruído político, trata-se de transparência institucional. Quando falamos de litígios judiciais envolvendo o Município, estamos a falar de potenciais impactos financeiros e reputacionais para todos. Aproveito, no entanto, para reconhecer que, após várias interpelações minhas relativamente ao cumprimento do Regimento, passou a constar nas Informações da Senhora Presidente a listagem

*dos processos judiciais em curso. Esse é um passo positivo e demonstra abertura à melhoria dos procedimentos. Mas agora que a informação consta, ela deve ser completa e esclarecedora. O que pedimos hoje é apenas isto: verdade, clareza e coerência na informação prestada a esta Assembleia. Muito obrigado.”* -----

----- Solicitou a palavra o deputado Luís Catarino, que proferiu as seguintes palavras:-

----- *“Agradeço à Senhora Presidente e congratulo-me como seria de esperar, que o município tenha dado passos firmes para tentar repor a vida normal do Concelho, tendo até já um levantamento de 2 milhões e quinhentos mil €. Isto é do assunto anterior. Sobre o ponto que estamos a debater, começo já por referir, para que não fiquem dúvidas, que todos os subsídios que atribuem a qualquer associação no desenvolvimento do concelho ou para o desporto e cultura do Concelho, são bem-vindos. Às vezes não entendo é o porquê, como são feitos ou como estão elencados. Eu começo por referir de uma maneira muito simples. Num ponto diz: aprovado por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 2500 €, à Associação Caça e Pesca, para minimizar os prejuízos causados aos agricultores do concelho. Atenção que as zonas de caça municipais, a entidade proprietária é o Estado. O Caça e Pesca não é gestor, não paga prejuízos a ninguém. Desafio a que procurem qual foi o prejuízo que eles pagaram até agora a qualquer agricultor, porque quem tem de pagar é o estado. - Aqui foi esclarecido que está mal escrito - Mas depois vemos mais à frente, Associação Caça e Pesca, 2500 € de apoio às despesas na realização da montaria ao javali de 29 de novembro. Digo-lhe já, de uma maneira muito simples, uma montaria em que teve 124 caçadores, a pagar os residentes 50 € e os de fora 60 €, faz uma receita na média dos 6820 €. A seguir mataram-se 47 javalis, no leilão vão se buscar mais 1880 €, temos então uma receita de 8700 €,*

contra uma despesa de 124 caçadores, a comer à média de 25 €, dá 3100 € e depois na despesa de 4 matilhas de 1600 €. 4700 €. Houve um lucro de 4000 €. O clube deve receber estes subsídios, mas deve ser para repovoamento cinegético e para outras coisas, não estar com esta atribuição ou com esta nomenclatura que leio aqui, porque aí deixa-me logo na dúvida. Agora, tudo é bem-vindo, tudo é necessário, mas vamos tentar corrigir isso. E também deixo outro alerta Senhora Presidente, antigamente tínhamos um guarda que tinham salários que iam de uma despesa de 9000 € a 10.000 €, hoje em dia não existe. Existem recibos verdes à tarefa a provocar ou querer justificar uma despesa que não existe. Deixo o alerta, mas o subsídio é sempre bem aplicado, desde que para repovoamentos cinegéticos, coelhos, perdizes, trutas no Rio Aguilhão, no Rio Corgo, porque são ambos detentores por parte do clube do Caça. Agora esta maneira como aqui é atribuído, não, porque estamos a atribuir um subsídio a um lucro, que onde o clube vai buscar alguma coisa e tem lucros é nas montarias”.-

-----Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Senhor Engenheiro, em relação ao número de bichinhos mortos e aquilo que eles venderam, eles também não podiam adivinhar, portanto são 1800 €, quase 2000 € e não sei se foram todos vendidos. Eu acredito que haverá alguns encontros em que tenha mais gente, outros em que tenham menos. Os valores dos subsídios deverão ser todos e não só estes, mas ser todos alvos de uma análise, nomeadamente aqui temos discutido a possibilidade de termos um programa, onde as próprias Associações se inscrevem, fazem uma descrição das atividades, há um cálculo genérico, onde depois o receber seja de acordo com o executado, talvez essa seja uma hipótese. Também sabemos que depois, há ali outros gastos que não estão

*fixados na atividade, luz, água e outras circunstâncias que existam porque, não estou por dentro do Caça e Pesca, mas se calhar também algum dinheiro que fica vá ajudando. Também não me parece será uma coisa por demais, mas fica o registo. ---*

*----- Relativamente ao processo nº 384/23, eu vou, a partir de agora trazer, porque acho que é um acrescento correto, aliás não foi só acrescentada a questão dos processos, foram acrescentadas muitas mais informações na informação da Presidente, porque eu acho que tudo o resto é redundante, está nas atas, quem quer consultar vê as atas, mas pronto, é uma prática comum, que eu até gostaria de ver alterada. O que eu acho que deveria vir na informação da Presidente, é tudo aquilo que não está explícito nas atas, tudo aquilo que faz prática do dia-a-dia, tudo que possa constituir relevância para as pessoas, para que saibam da nossa dinâmica diária e que não está e que não passa às vezes pelas reuniões de Câmara, porque o que está nas atas da reunião de câmara acaba por ser público. Portanto, a informação da Presidente da forma como tem vindo, acaba por ser um bocadinho redundante. Desta vez eu trouxe uma descrição singela, porque também a pedi, porque como deve entender, há aqui muitos processos que estão a decorrer normalmente, que ainda não foi necessária nenhuma intervenção, portanto, ainda não entrei em contacto com eles. Entrei agora para os colocar aqui, porque acharíamos que poderíamos ser interpelados, fizemos um breve resumo. Depois se não ficar satisfeito, poderá suscitar aos serviços um esclarecimento muito mais extensivo do assunto. Relativamente a este processo 384, a autora é a MJFT, sim senhora, o pedido deles nos autos, é que seja declarado nulo o ato impugnado. Isto tem a ver com a deliberação da Câmara Municipal do dia 16/08/2023. Ou caso assim se não entenda, ser o mesmo anulado, tudo com as devidas e legais consequências. Nos autos a autora, neste caso a MJFT*

não rotula qualquer pedido indemnizatório, o que significa que só subsequentemente, porventura, a questão possa suscitar-se, o que não é certo. Quando nós respondemos que o assunto estava encerrado, dos últimos processos estava e eles voltaram a meter isto e segundo informação do nosso advogado, isto não vai dar em nada. No entanto fizemos questão de colocar aqui. -----

----- Senhor Engenheiro, relativamente à questão dos transportes, acho que percebeu aquilo que lhe dissemos. Mantém-se tudo igual. Isto ainda no ponto anterior. -----

----- Relativamente à faturação da água da Associação Cultural e Desportiva da Cumieira, não foram 1700 e tal euros. Tanto quanto eu sei, eles tinham uma dívida de 4 mil e qualquer coisa euros, resultantes de 3 ou 4 fugas sucessivas que houve na Associação Cultural e Desportiva da Cumieira. Primeiro: a associação vai a votos, vai a eleições. Foi a informação que me chegou. Segundo: não queriam e bem na nossa opinião, é o que nós defendemos para as nossas Associações, que vão a votos, com ónus para quem vier a seguir. Terceiro: não foi a primeira vez que fizemos isto. Já foi até uma conta de luz, já ajudamos outras Associações de situações como estas. Entendemos que deveríamos-lo fazer, até porque é o bom nome também duma Associação. Nós tínhamos posto 2.100, mas foi 1.700, que foi o valor da fatura que veio, depois de já ter sido liquidado alguma coisa e por ter sido retirado o valor que eles tiram quando há fugas, que tem a ver com taxas e fica só mesmo o valor da água. Entendemos, pelo bom nome da associação, entendemos porque eles não tinham valor suficiente, fazer este apoio, nomeadamente agora que eles vão a eleições e não faz sentido também que quem venha herde este problema. Não foi um gasto que eles se lembraram de fazer, nem destemperado, nem por má gestão, foi um infortúnio e quando assim é, fosse qual fosse a Associação, nós iríamos certamente ajudar.” -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

----- **2.2** – Tomar conhecimento do Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de janeiro de 2026); -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

----- **2.3** – Eleição de um representante da Assembleia Municipal e um representante das Juntas de Freguesia, para integrar a Comissão Municipal de Trânsito (artigo 5.º do Regulamento Interno da Comissão Municipal de Trânsito); -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Cesário Canário, que proferiu as seguintes palavras: -----

-----“*Apresentação de uma proposta de designação de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão Municipal de Trânsito. Nos termos legais e regimentais o grupo municipal do PS e o grupo de cidadãos Por Medrões Sempre, vem submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, designar o senhor deputado municipal Manuel Aguiar Rego, para integrar a dita Comissão. A presente proposta visa assegurar a representação institucional na Assembleia na Comissão Municipal de Trânsito, nos termos estatutários daquela Associação.* -----

----- *Sr. Presidente, aproveito para ler já a outra: designação de um representante das Juntas de Freguesia, para a Comissão Municipal de Trânsito. Nos termos legais e regimentais aplicáveis, o grupo municipal do PS e o grupo de cidadãos Por Medrões Sempre, vem submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal de Santa*

Marta de Penaguião, designar a senhora Presidente da Junta da Freguesia de Medrões, Branca Maria Magalhães Bernardo Mota, para integrar a dita Comissão”. --

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com 19 votos a favor e 5 votos em branco, designar o Senhor Manuel Aguiar Rego como representante da Assembleia Municipal, de acordo com lista apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre”.** -----

----- **Aprovado, por maioria, com 18 votos a favor e 6 votos em branco, designar a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Medrões, Branca Maria Magalhães Bernardo Mota, de acordo com lista apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre”.** -----

----- **2.4 – Deliberar sobre a minuta do contrato de Delegação de Competências com o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, (alínea k) do n.º 1) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) – Deliberação da Câmara Municipal de 3 de fevereiro de 2026);** -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade. A deputada Rosa Maria Cardoso, ausentou-se no momento da votação.** -----

----- **2.5 – Deliberar sobre a proposta de isenção de taxas relativamente ao Parque de Caravanismo Ver D’Ouro 2026 (alínea ccc) do n.º 1) do artigo 33.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1) do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 3 de fevereiro de 2026);** -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, caros deputados, relativamente ao ponto “Deliberar sobre a proposta de isenção de taxas*

*relativamente ao Parque de Caravanismo “Ver D’Ouro 2026”, gostaríamos de apresentar algumas objeções. O Parque de Caravanismo é uma infraestrutura que implicou custos significativos na sua construção. Mas também, para além do investimento inicial, acarreta também custos permanentes de manutenção e de funcionamento. Falamos de despesas com limpeza, consumo de eletricidade, consumo de água, manutenção corrente e desgaste natural das instalações provocada pela sua utilização. Ora, defendemos e não escondemos, o princípio do utilizador-pagador. Trata-se de um princípio elementar na prestação de serviços públicos, seja ao nível municipal, seja ao nível do Estado Central. Se um município quiser utilizar as piscinas municipais, paga. Se quiser utilizar o pavilhão desportivo, paga. Pergunta-se então: por que razão a utilização desta infraestrutura deverá ser gratuita? É importante sublinhar que não estamos a falar de valores elevados ou impeditivos. Estamos a falar de uma taxa razoável, que pelo menos permita cobrir os consumíveis básicos, água, luz, limpeza e manutenção e contribuir para compensar a degradação natural do espaço. Aliás, esta é a prática comum na grande maioria dos parques de caravanismo, incluindo nos concelhos vizinhos. Basta olhar para o Peso da Régua, onde é cobrada uma taxa equilibrada e que permite assegurar qualidade no serviço prestado. Cobrar um valor justo não é penalizar ninguém, é garantir sustentabilidade. É assegurar que a infraestrutura se mantém em boas condições ao longo do tempo e que não se transforma num encargo permanente suportado por todos, independentemente de a utilizarem ou não. Reconhecemos que há situações em que a isenção de taxas pode fazer sentido, por exemplo, em contextos sociais específicos ou em iniciativas de interesse público claramente justificadas. Mas neste caso concreto, atendendo ao reduzido impacto financeiro individual e ao princípio da*

*equidade, entendemos que a isenção generalizada não se justifica. Parece-nos mais responsável estabelecer um valor moderado e equilibrado do que abdicar totalmente da receita, embora consigamos reconhecer e ver o mérito que está por trás da isenção, a visita. A nossa posição é que achamos, no caso, o utilizador deve pagar pelo menos uma taxa simbólica, que corresponda, como eu disse, a fatura dos consumíveis, água, luz e manutenção. E é esta a nossa posição. E nós vamos-nos abster porque percebemos a razão que foi elencada, que está por trás desta proposta e não somos contra esse rácio, mas também não somos a favor e estamos aqui a demonstrar essa mesma nossa opinião. Muito obrigado”.* -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Luís Catarino, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “No sentido da isenção das taxas do Parque de Caravanismo, deixa-me um pouco no sentido da contradição. Fizemos o investimento, estamos a procurar atrair turistas, quando se procura andar atrás de turismo, também temos de procurar ganhar receita para o município e aqui deitamos automaticamente fora, a possibilidade de uma receita que embora mínima – não sei até agora quais eram os valores da receita, nunca vi. De qualquer das maneiras, não me parece na localização do Parque, estando a Régua ali a poucos quilómetros, 4 ou 5 km e com um programa turístico e com atrações turísticas mais elevadas do que em Santa Marta e não havendo um programa em conjunto para que eu me sirva do Parque, quem esteja no Parque e depois tenha atividades em Santa Marta, que já estejam deliberadas como visitas a quintas, até gastronomia local, mas ter um programa que consiga captá-los, porque vir para ali o caravanismo e estarem lá as caravanas, pois que venha trazer qualquer tipo de receita na vida social ou no desenvolvimento de Santa Marta. Por isso, também

o meu sentido de intenção será mais no sentido da abstenção, do que votar a favor desta isenção de taxas que tiram receita ao município. Obrigado”. -----

-----Solicitou a palavra o deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras:-

----- *“Eu agora ouvindo o Engenheiro Catarino, fez-me lembrar também e isto é uma sugestão e uma própria maneira que nós também na nossa ala política, no caso da AD, vemos como devem funcionar os serviços, muitas vezes do Estado Central e outras vezes do Município. Nós fazemos muitas vezes obras onde o município é quem vai explorá-lo. Nós também devemos começar a pensar muito mais em: o município faz a obra e depois o privado vai explorar, é vai haver uma concessão, é uma renda mensal que entra nos cofres da Câmara Municipal todos os meses. Eu dou um exemplo que me lembrei, em relação ao Parque de Caravanismo. No espaço Frei João de Mansilha, por exemplo, é um serviço que está aberto ao público, porque não funcionar um bar, uma quinta - e estou a lançar algumas ideias - um restaurante? É uma renda que entra todos os meses nos cofres do município e eu acho que devemos começar a explorar estas ideias de incentivo económico. Muitas vezes os proprietários ou quintas ou não têm poder financeiro para criar uma infraestrutura do zero e desta forma já conseguem ter e todos os anos, vai havendo uma renovação da concessão ou concurso para o efeito”. -----*

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com 18 votos a favor, sendo 17 votos do Grupo Municipal do Partido Socialista e “Por Medrões Sempre” e 1 voto do deputado independente pelo movimento de cidadãos “Cumieira Sempre” e 6 abstenções, sendo 5 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD – CDS-PP e 1 abstenção do deputado do CHEGA. -----**

----- 2.6 – Deliberar sobre o lançamento e tramitação de Concurso Público para a aquisição de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro, aprovar a reprogramação financeira e de execução do contrato para 2026 a 2031, aprovar as Peças do Procedimento para concurso a ser dinamizado pela Comunidade Intermunicipal do Douro, bem como autorizar a repartição de encargos e a consequente assunção de compromissos plurianuais (alínea ccc) do n.º 1) do artigo 33.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1) do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2026); -----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado Luís Catarino, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Vou tentar ser o mais breve possível Senhor Presidente, mas isto toca-me um bocadinho mais, pela atividade que exerço e porque tenho algum conhecimento. Pelo que eu me apercebi ou o que eu sei de Santa Marta, há o eixo da Nacional 2, depois temos outro eixo que foi criado, que é de Soutelo-Fontes que chegará ali ao cruzamento de Medrões - Santa Marta. E agora foi criado em aproveitamento intermunicipal, o Régua - Alvações - Vila Maior - Fornelos. Só que não são diários, são transportes que acabando o período escolar passam a ser às segundas, terças e quintas. No período escolar há os horários que são realizados, outros que não são realizados, por exemplo um dos horários provenientes da Régua via Laurentim. Se eu for de Laurentim e vier para o Concelho, porque tenho transporte público, depois não tenho retorno e aí já não venho. Há que tentar estruturar um pouco a rede viária de outra maneira. O concurso em si por 5 anos deixa-nos muito apreensivos. O ano passado ninguém pegou no concurso, com os valores que estavam estipulados o*

concurso caiu por si, este ano foi reformulado, mas temos os mesmos valores e a mesma rede viária. Não sei o que vai voltar a acontecer e isto porque, em 5 anos é muito difícil a qualquer empresa, embora seja a CIM a gerir, qualquer empresa que venha a ficar com os transportes da CIM Douro, dos 13 municípios, consiga rentabilizar ou consiga vir a recuperar o investimento feito. Os carros têm de ter até 16 anos, poderá haver um rácio até 18, mas em que a média cai para os 16, tem de haver carros não poluentes, mas neste concurso estamos a falar de normas euro 4 e euro 5 e não vejo aqui normas euro 6, que é dos não poluentes - AdBlue. Para Santa Marta não estamos a pensar nos carros elétricos, os tais não poluentes, mas para municípios maiores e com serviços noturnos como por exemplo a Régua ou a rede da linha urbana, aí é possível, agora em Santa Marta, se me permite o desafio se eu puder e gostaria de colaborar e darei toda a colaboração, tentar criar alguma alternativa. Vejo por exemplo um carro que vá a Soutelo às segundas, terças e quintas. Vai a Soutelo e não desce a Fiolhais, mas vai a Vinhós, porque é que eu não sirvo Fiolhais, não vou ao pé da junta de freguesia e não volto a subir e não a levo de volta às 11h? Há pouca gente, mas como a rede viária está montada, só trago, mas não levo. Se não consigo servir ainda pior fico. Tenho de tentar cativar. Outra das coisas que acho que o município devia e deve fazer, estes cadernos de encargos, deste tipo de transportes, são promovidos pela União Europeia para o incentivo ao transporte público. Nestes próprios cadernos de encargos está previsto o transporte a pedido, 2 dias por semana. Nós temos o Corvo, temos a Póvoa da Serra. Isso está contemplado? Temos contemplado tentar servir essas populações, porque podemos fazê-lo sem custos para o município, ou seja, indiretamente caem no Município, porque os custos são da CIM e eu faço parte da CIM, também me caem os custos,

agora, consigo servir a população com um custo mais baixo, porque a verba é transmitida e transferida através da CIM. Era um dos desafios que deixava ou pelo menos pensar nisso. Se conseguirmos reestruturar mais um pouco a rede viária do Concelho, para melhor servir as populações e tentar servir. Porque é assim, são 2 dias por semana que eu o posso fazer e em geral é feito com aproveitamento de um carro que esteja no município. Supondo nós que há um carro que faz Fontes e fica aqui no município, o transporte é pedido, cai num call center por norma gerido pela Câmara ou então cria uma empresa gestora que faça todos os municípios, mas por norma são as Câmaras. Eu não posso é no transporte a pedido, ligar hoje para a Câmara a dizer: amanhã quero ir a Santa Marta. Tenho de o fazer com 48 h de antecedência. E nesse pedido posso englobar várias localidades. Por exemplo, uma pessoa pede do Barreiro a Fornelos, há um que pediu de Carvalhais. O carro vai e vai fazer isso. Faz os dois. Agora não vou dizer ao de Carvalhais que vem terça e o do Barreira vem quarta, porque também aí a comunidade não aceita. Tenho é que dizer às pessoas, olhe, nós já temos um pedido para terça, você vai nesse serviço de terça e o carro trá-lo e volta a levá-lo e o encargo é o de um bilhete mínimo, que é 1,50 €. Ou por exemplo, se houver um transporte sempre regular, é o passe mensal de 30 €, que é suportado, o munícipe pode andar o mês todo, mas só paga 30€, andando o mês todo. Por isso lanço o desafio: se conseguirmos junto da comunidade Intermunicipal, tentar reestruturar um bocadinho a rede viária, tentar chegar o mais possível a todas as aldeias. Ok? Desculpem". -----

----- Solicitou a palavra a Senhora Presidente, que proferiu as seguintes palavras: ----

----- “É um assunto que me preocupa bastante e é um assunto para o qual confesso que não estou a ver nenhuma receita milagrosa. Nós fizemos essa proposta, não

*as operadoras, eu também entendo, de certa forma tentam aqui fazer o melhor, porque passam muitas delas, com autocarros para cima e para baixo, que não paga o gasóleo porque não têm gente suficiente. É um assunto complicado, mas já que me fez um desafio, também lhe faço um a si. Primeiro lembrar-lhe que se calhar é melhor não votar este ponto ou então faça como a professora Rosa e vá lá para fora – Aqui o Engenheiro Luís Catarino informou que não é administrador e que não está impedido de votar - Mas depois talvez nos sentarmos todos e as pessoas que estão dentro do assunto e têm conhecimentos, sentarmo-nos todos para tentar encontrar uma solução que sirva Santa Marta, que não passe se calhar por aquilo que vem de fora.” -----*

**----- DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----**

**----- 2.7 –** Deliberar sobre a demonstração do desempenho Orçamental 2025 e 1.<sup>a</sup> Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026, contemplando a integração do saldo de execução orçamental 2025, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2026; -----

**----- DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----**

**----- Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção do público presente. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos, não foram presentes à Mesa quaisquer pedidos de uso da palavra, de acordo com o disposto no artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----

*assim. Considerando que temos aqui mais um conjunto de empreendedores que são os taxistas, que vivem de transportes, fizemos-lhes esse mesmo desafio de estarem à chamada, de serem eles a fazerem. Porquê? Porque curiosamente, na Póvoa da Serra as pessoas têm carro e até se desenvencilham bem. Pode não ser muito correto, ou politicamente correto dizer isto, mas a verdade é que, há coisa de um ano e tal, 2 anos, fez-se um pedido específico para uma localidade que se queixava que não tinha transporte. A verdade é que o autocarro andou 2 ou 3 meses a passear vazio e a Câmara pagava 284 € ou 294 €/dia. São valores muito, muito avultados. -----*

*----- Em relação aos autocarros, este concurso é internacional, nós estamos nele como os outros municípios da CIM e as regras são para todos. Eu também concordo com a questão de estar à chamada. Se calhar poderia ser mais interessante para nós, estarmos à chamada com os nossos taxistas, porque estão aqui mais próximos, conhecem o Concelho de outra forma e eles próprios poderiam ter alguma rentabilidade. Agora há aqui sempre uma discussão muito grande que é os valores. Nós tentamos sempre e tentamos fazer uma discussão o mais exigente possível da questão dos transportes, porque até a dimensão e sabe isso, sabe tão bem ou melhor do que eu, até a dimensão do autocarro para ir, como disse, para ir por exemplo a Fiolhais, para ir ao Corvo, para ir à Póvoa, não é fácil. Não sei, sinceramente não sei. No entanto também sabemos, que as empresas têm de satisfazer os melhores clientes, digamos assim, nas cidades e nem sempre nos conseguem fazer a vontade. Porque por exemplo, quando acaba o ano letivo, nos pedimos sempre um ajuste de horário e nem às vezes um ajuste de meia hora ou 20 minutos nos é concedido. Nós fizemos 2 pedidos de ajuste de horário, um para a Feira da Régua, à quarta-feira e outro para o Centro de Saúde, por causa das consultas e nem isso nos é concedido e*

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Emanuel Rodrigues Costa, com funções de Chefe da Unidade de Contratação Pública, que a redigiu. A sessão foi encerrada quando eram 19h52 horas. -----

O Presidente da Assembleia,

O Chefe da Unidade de Contratação Pública,



José Emílio Esteves da Silva

Emanuel Rodrigues Costa